



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

03 de fevereiro de 2016

Diário Catarinense

Sua Vida

"UFSC divulga segunda chamada"

UFSC divulga segunda chamada / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Vestibular 2016 / Processo de matrícula / Cinco campi / Araranguá / Blumenau / Curitibanos / Joinville / Florianópolis

Vestibular 2016 | UFSC divulga segunda chamada

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) divulgou ontem a segunda chamada dos aprovados no Vestibular de 2016. São 370 novos candidatos que passaram pelas provas realizadas em dezembro do ano passado para os cursos nos cinco campi da instituição – Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville e Florianópolis.

Os candidatos relacionados nesta lista devem realizar uma matrícula online entre hoje e 5 de fevereiro, com exceção dos aprovados em Engenharia de Materiais. A parte presencial do processo de matrícula será realizada entre os dias 16 e 19 de fevereiro, das 8h às 13h, na coordenadoria do curso pretendido. Os calouros do curso de Engenharia de Materiais devem fazer a matrícula presencial no dia 11 de fevereiro, no mesmo horário.



Confira se seu
nome está na lista
dos aprovados:
[leiadc.sc/
aprovadosdaufsc](http://leiadc.sc/aprovadosdaufsc)

Diário Catarinense
Capa e Rafael Martini
"Casa de ferreiro..."

Casa de ferreiro... / Mosquito / *Aedes aegypti* / UFSC / Professor da UFSC /
Zika vírus / Carlos Brisola Marcondes / Departamento de Microbiologia,
Imunologia e Parasitologia / New York Times / Science News / Mulheres
grávidas / Consequências neurológicas nos fetos

RAFAEL MARTINI



*Um dos
maiores
especialistas
do mundo
em mosquito
Aedes aegypti
e em zika vírus
é professor da
UFSC.*

PÁGINA 2

**CASA DE
FERREIRO...**

O professor Carlos Brisola Marcondes, do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da UFSC, foi procurado pelo New York Times e pela Science News para falar sobre proliferação do zika, o combate à reprodução do *Aedes aegypti* e as consequências neurológicas nos fetos quando o vírus infecta mulheres grávidas. Morador de Florianópolis, é apontado como um dos maiores especialistas do mundo no assunto.

Diário Catarinense
Carlos Henrique Schroeder
"Uma aposta"

Uma aposta / EdUFSC / Concurso de contos Silveira de Souza 2015 / Guia literário para machos / Caléu Nilson Moraes / Santa Cecília / João da Silva Estrupador

Uma aposta

Vencedor do concurso de Contos Silveira de Souza 2015, com o ótimo *Guia Literário para Machos* (lançamento no segundo semestre pela EdUFSC), o escritor Caléu Nilson Moraes, de Santa Cecília (cidade de 15 mil habitantes no Oeste catarinense) é uma das vozes mais interessantes surgidas nos últimos anos aqui no Estado. Mestre em Antropologia e doutor em Estudos de Tradução, tem uma prosa cínica e contundente que reflete bem o caos contemporâneo. Tive acesso ao seu recém concluído romance, *João da Silva Estrupador* (assim mesmo), onde ele dá mais uma amostra da sua argúcia narrativa. Anotem esse nome: vai longe.

Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Vereador Lino"

Vereador Lino / Câmara de Florianópolis / Professor da UFSC / Lino Peres / PT

VEREADOR LINO

Tive o prazer de conhecer na semana passada, no seu gabinete na Câmara de Florianópolis que, diga-se de passagem está de recesso, e onde conversamos por quase duas horas, o vereador Lino Peres (PT). Eu pedi o encontro. Tinha algo para mostrar a ele. Fiquei encantado. Homem culto, educado, equilibrado, pareceu-me com o perfil ideal para a missão. Professor da UFSC, arquiteto, bem assessorado, vou prestar mais atenção na figura que, embora seja gaúcho, tem a cara da nossa Ilha.

Notícias do Dia

Especial

“Berbigão dá a volta por cima”

Berbigão dá a volta por cima / Extrativistas / Molusco / Departamento de Aquicultura e Biologia da UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Reserva Extrativista do Pirajubaé / Baía Sul / ICMBio / Instituto Chico Mendes da Biodiversidade / Manchas produtivas / Causas da mortandade / Berbigão para sempre



Em terra. Neto e filho de extrativistas, Leonardo Manoel de Souza critica descaso do poder público

Saiu no **ND**



Reportagem de março de 2015 mostrou a primeira etapa do projeto para revitalizar a produção de berbigão, com análise da água e capacitação

Berbigão dá a volta por cima

Pirajubaé. Molusco mais popular da Ilha reaparece aos poucos na baía Sul

EDSON ROSA
edson.rosa@ricsc.com.br

Praticamente dizimado durante o período de chuvas de novembro de 2014 e em fevereiro e março de 2015, quando atingiu índice aproximado de 100% de mortandade, o estoque de berbigão começa a dar sinais de regeneração nos baixios da baía sul de Florianópolis. Apesar de parcial, a retomada do processo natural de procriação do molusco mais popular da Ilha é confirmada pelo chefe da Reserva Extrativista do Pirajubaé e analista ambiental do ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade), Leônico Pedrosa, 39, com base em monitoramento realizado nas áreas de coleta em parceria com extrativistas da Costeira.

“Não é a recuperação total, mas já observamos manchas produtivas. Há moluscos adultos e juvenis lado a lado em algumas áreas”, explica o biólogo, que admite ter sido “anormal” a mortalidade registrada nos dois últimos anos. Empiricamente, as hipóteses prováveis são redução da salinidade pelas enxurradas, mudança de substrato do fundo

com o material orgânico despejado por riachos na baía e asfixia pelo excesso de areia fina ou microalgas.

“São só suposições”, reforça Pedrosa, que anuncia para março o início da parte prática das pesquisas pelos departamentos de aquicultura e biologia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). A intenção é investigar as causas da mortandade acentuada, os reflexos do acúmulo de conchas mortas no mar e a regeneração parcial. “É importante descobrir as causas cientificamente para nos precavermos com ações práticas em caso de repetição do fenômeno”, acrescenta.

A mortalidade anual aceitável é de 10% do estoque, segundo Pedrosa. No entanto, 18 toneladas de cascalhos provenientes de conchas mortas já foram recolhidas em um hectare da baía, e transportadas à costa em pequenas embarcações pelos próprios catadores. A limpeza é financiada pela Rare, organização não governamental dos Estados Unidos que desenvolve gerenciamento de recursos pesqueiros tradicionais no mundo todo – no Brasil, a Resex de Pirajubaé e outras cinco reservas extrativistas no litoral nordestino.



No mar. Fabrício Gonçalves durante extração com gancho inoxidável no meio da baía

PRIORIDADES FUTURAS O que a comunidade precisa

Redefinir e calendário e plano de manejo na Resex do Pirajubaé para garantir manutenção e aumento do estoque às futuras gerações.

Melhorar sistema de depuração e qualidade do produto, com garantia de selo de inspeção municipal para qualificação da mão de obra extrativista.

Ações emergenciais

• Conclusão da retirada de cascalhos acumulados na baía e dos estudos sobre causas da mortandade excessiva.

• Revisão da Portaria 187, do ICMBio, e recolhimento dos ganchos inoxidáveis para reabertura das malhas e garantir preservação de moluscos juvenis.

Campanha para sempre

O último sábado de fevereiro, 27, será inesquecível para extrativistas da Costeira do Pirajubaé e foz do rio Tavares. O dia está reservado ao lançamento da campanha Berbigão para Sempre, com apresentações culturais, corrida de canoa e, principalmente, gastronomia à base do molusco. Também estão previstas atividades educativas para conscientização das futuras gerações sobre a importância ambiental e social da atividade.

“O objetivo é resgatar a espécie e a comunidade e seu principal produto”, diz o presidente da Associação Caminhos do Berbigão, Fabrício Gonçalves, 36. Atualmente, apenas seis das 50 famílias extrativistas foram recadastradas pelo ICMBio. “As demais recorreram a outras atividades para sobreviver”, explica. Segundo Gonçalves, é imprescindível a aprovação de lei municipal para regulamentação do extrativismo na Ilha. “Sem regimento, há risco de extinção”, alerta. Em parceria com a Rare, a festa do dia 27 oficializa também a participação da Rede Catarinense de Slow Food no conselho consultivo da Resex do Pirajubaé.

"Ricos devem pagar pela faculdade pública?"

Ricos devem pagar pela faculdade pública? / Educação / Universidades / Anuidades / Bolsa de estudos / UFSC / Mensalidade / Ensino Superior Público / Políticas Públicas / Cotas / Financiamento / Senador Marcelo Crivella / PRB-RJ / Abismo entre ricos e pobres / Projeto de lei 782/2015 / Cobrança / Políticas Afirmativas / Igualdade / Distribuição de renda / PEC 395/14 / Deputado Federal Alex Canziani / PTB-PR

RICOS DEVEM PAGAR PELA

ALUNOS COM RENDA FAMILIAR SUPERIOR A 30 SALÁRIOS MÍNIMOS pagariam anuidade nas universidades, propõe senador. Economistas apoiam, mas educadores acreditam que geraria mais desigualdade

PAULA MINOZZO

Nos Estados Unidos, não é incomum que bebês de classe média já nasçam com uma conta-poupança reservada para os gastos com ensino superior no futuro. Depois de formados, a realidade para muitos é enfrentar grandes dívidas estudantis. Ainda que as anuidades sejam inferiores às de universidades privadas, as faculdades públicas no país são pagas. Quem não for contemplado com uma bolsa de estudos tira do próprio bolso para cursar a graduação no país.

No Brasil, ricos e pobres podem conquistar um diploma universitário sem pagar mensalidade. O caminho? Estudar bastante para ficar entre os mais bem colocados em concorridos vestibulares para as universidades públicas, a maioria delas federais.

Em tese, é um modelo mais igualitário. Mas as estatísticas comprovam que o acesso não é tão universal. Em 2004, segundo dados do IBGE, os estudantes que pertenciam aos 20% da população com os maiores rendimentos familiares representavam 54,5% do total de alunos no ensino superior público. Os 20% dos brasileiros com menor renda familiar eram representados por apenas 1,2% de universitários.

Políticas públicas – como as de cotas e as de financiamento – e a ascensão da classe C (jovens que antes precisavam trabalhar exclusivamente para ajudar no sustento da casa puderam se dedicar aos estudos) reduziram a discrepância. Em 2014, os mais ricos eram 36,4%, e os mais pobres, 76%.

Ainda que os dados mostrem um avanço na democratização, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) acredita que o abismo entre os mais pobres e os mais ricos no ensino superior poderia diminuir se os mais privilegiados passassem a pagar pelos estudos. Esse foi o motivo para apresentar o projeto de lei 782/2015 em dezembro. Crivella propõe que estudantes com renda familiar superior a 30 salários mínimos (R\$ 26,4 mil) paguem uma anuidade para frequentar universidades públicas.

EVENTUAL MUDANÇA ARRECADARIA MAIS FUNDOS PARA AS INSTITUIÇÕES

O valor da cobrança, conforme consta do texto do projeto, seria calculado com base nos custos por aluno de cada curso. "A maior parte das vagas nas instituições públicas é ocupada por estudantes que poderiam pagar, com maior ou menor sacrifício, os seus cursos nas universidades privadas, impedindo, indiretamente, que tais vagas sejam oferecidas a estudantes reconhecidamente carentes dos recursos necessários, muitas vezes até, para pagar as próprias taxas dos exames vestibulares", justifica o senador no projeto de lei.

Crivella argumenta que uma mudança na lei também arrecadaria mais fundos para as

instituições que, segundo o senador, "andam à míngua de recursos". Por e-mail, via assessoria de imprensa, o senador diz que o sistema de cotas é adequado, mas sua proposta não é excludente. E questiona: "De que adianta para um aluno que pode pagar ter a universidade gratuita, mas sem estrutura por dispor de poucos recursos?"

"QUEM PAGA ACHARIA QUE TEM MAIS DIREITOS", CRITICA ESPECIALISTA

A proposta não agrada Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que agrega uma rede de grupos e entidades. Ele cita os recentes debates sobre o tema no Chile e nos EUA como exemplos de um movimento que caminha no sentido contrário. No país sul-americano, acaba de entrar em vigor a lei do ensino universitário gratuito, aprovada em dezembro de 2015. Nos EUA, uma geração de endividados está no cerne da discussão sobre o quão justo seria o sistema vigente. O valor total da dívida estudantil no país já ultrapassa US\$ 1,3 trilhão. De acordo com The Institute For College Access and Success, uma ONG que trabalha para tornar a educação superior no país mais acessível, em 2014, 69% dos estudantes que se formaram em universidades públicas ou sem fins lucrativos saíram com algum tipo de endividamento. A média por aluno era de US\$ 28.950, o equivalente a mais de R\$ 117 mil.

Para Daniel, implementar cobrança de mensalidade ou matrícula para os mais ricos, por meio de mudança na lei, abriria precedentes para redução do limite estabelecido conforme a renda familiar no futuro:

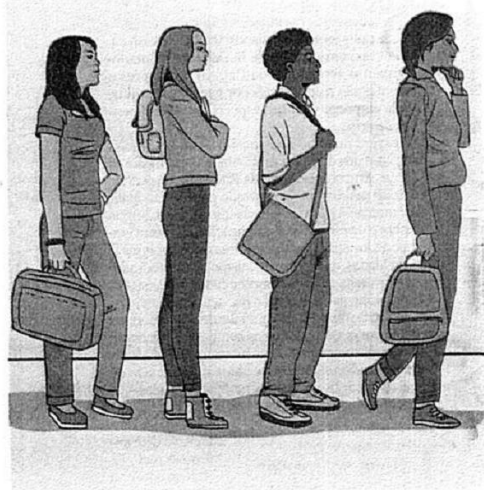
– A chance desse patamar descer para as classes mais baixas é grande. Você abre a porteira para uma visão equivocada de como deve ser a universidade. A curto prazo, se criaria outro tipo de estudante: o que acha que tem mais direitos por que paga.

A frente da entidade cuja bandeira principal para democratizar o ensino superior é a criação de políticas afirmativas, Daniel defende uma reforma tributária, investimentos na educação básica e assistência aos universitários carentes durante os estudos.

– A desigualdade nas universidades é um sintoma, não uma causa. O Brasil é desigual – pondera Daniel.

Maria Beatriz Luce, professora de Política e Administração da Educação e ex-integrante por dois mandatos do Conselho Nacional de Educação (CNE), nas câmaras de Educação Básica e Superior, enxerga um progresso anual.

– No atual momento histórico, o Ensino Superior público gratuito é essencial para a democracia no Brasil. As universidades não podem ser excludentes, nem para os mais pobres nem para os mais ricos. Além da produção de conhecimento científico, as instituições têm função de formação do cidadão – afirma Maria Beatriz.



Economistas enxergam

Se um estudante pudesse escolher entre duas universidades de qualidade equivalente e uma fosse gratuita e a outra não, qual ele escolheria? A pergunta foi tema de artigo publicado em 2012 na Revista Brasileira de Economia por dois pesquisadores, Eduardo Azevedo, professor de economia na Wharton School of Business, e Pablo Salgado, doutor em Economia pela PUC-Rio. Para eles, instituir uma cobrança para os mais ricos nas universidades públicas otimizaria os recursos investidos na área. Azevedo analisa:

– Ser admitido em uma instituição pública é uma espécie de prêmio do Estado. Mas se usa mal as poucas vagas da universidade pública. Quando você dá esse prêmio, a sociedade está pagando para uma pessoa que tem dinheiro para estudar, sendo que, se ela tivesse que pagar em ambas, talvez pudesse escolher a particular, abrindo vagas na pública. Não é incomum os pais mais ricos darem um carro para o filho que passa no vestibular. É uma prática cultural no Brasil. Comprar um carro, no fim das contas, é mais barato do que pagar por uma universidade privada.

O economista avalia que, desse modo, a distribuição de renda se torna desigual, já que os impostos, pagos por todos, auxiliam uma parte da população que não precisaria do custeio do governo para estudar.

– Quando você aumenta impostos para dar esse dinheiro para a parcela mais rica, a eficiência da economia diminui – acrescenta.

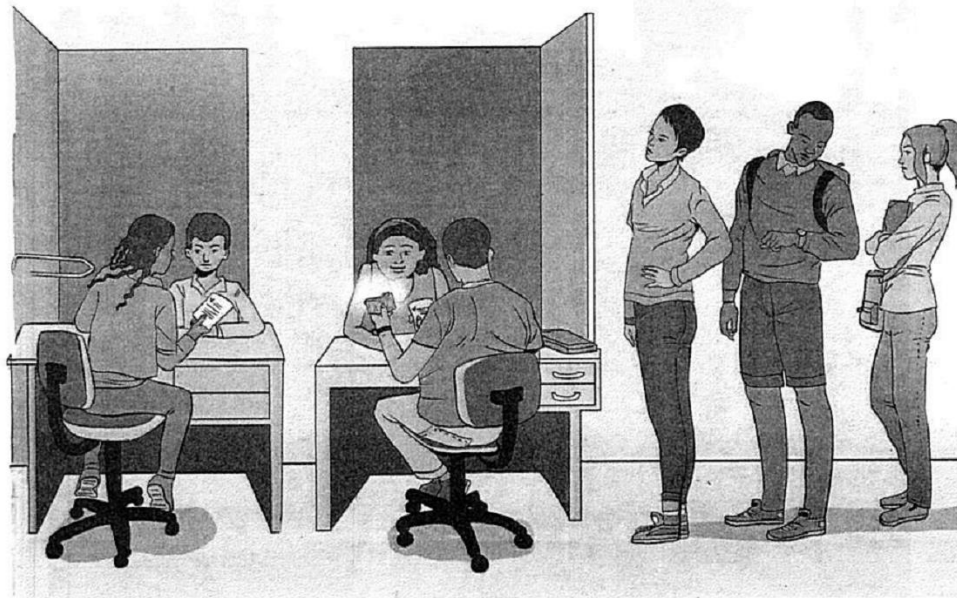
Gustavo Ioschpe, autor do livro *A Ignorância Custa um Mundo – O Valor da Educação no Desenvolvimento*, defende que as universidades públicas expandam o número de alunos matriculados e cobrem mensa-

“A maior parte das vagas nas instituições públicas é ocupada por estudantes que poderiam pagar, com maior ou menor sacrifício, os seus cursos nas universidades privadas, impedindo, indiretamente, que tais vagas sejam oferecidas a estudantes reconhecidamente carentes dos recursos necessários.”

De que adianta para um aluno que pode pagar ter a universidade gratuita, mas sem estrutura por dispor de poucos recursos?

MARCELO CRIVELLA
Senador (PRB-RJ)

FACULDADE PÚBLICA?



Há excesso numa ponta e falta na outra

A comparação entre as informações de renda dos 5.028 candidatos aprovados no vestibular da UFSC de 2015 e os dados da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (Pnad) do mesmo ano evidenciam a desigualdade no acesso ao ensino superior:

- Na UFSC, 4,59% dos calouros declararam renda familiar superior a 20 salários mínimos (hoje, R\$ 17.600). No Brasil e na Região Sul, só 2,1% das famílias recebiam o equivalente.

- Na UFSC, 19,5% dos aprovados eram de famílias com rendimentos de pelo menos 10 salários mínimos (R\$ 8.800). No Brasil, apenas 7,5% dos domicílios tinham rendimentos maiores (o percentual sobe para 9,2% na Região Sul).

- Na UFSC, 50,39% dos novos alunos vinham de famílias com renda acima de cinco salários mínimos (R\$ 4.400). No Brasil, somente 22,9% dos lares ganhavam mais do que cinco mínimos. Na Região Sul, eram 30%.

- Na UFSC, 25,87% tinham renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 2.640). No Brasil, 52,3% dos domicílios recebiam até três salários mínimos. Na Região Sul, o percentual era de 41,3%.

— Ao analisar números semelhantes em outras universidades do Sul, o professor de Economia e pesquisador de Políticas Públicas de Educação, Saúde e Mercado de Trabalho, Felipe Garcia, acredita que há sobre-representação dos ricos, enquanto os pobres estão sub-representados.

— Vale dizer que isso ocorre a despeito das políticas de cotas para o ingresso — comenta Garcia, para quem os dados suscitam diversas questões para a criação de políticas públicas de educação e de combate às desigualdades.

Garcia sustenta que, se o desejo das universidades é gerar pesquisa em conhecimento, o que pode acarretar em progresso tecnológico e crescimento econômico a longo prazo, não importaria o perfil socioeconômico dos estudantes, apenas que os melhores fossem selecionados. Mas se a promoção de oportunidades e suavização da pobreza forem prioridades, o processo de seleção de novos alunos deve ser reconsiderado.

benefícios na cobrança

lidades. O economista sugere um modelo em que a pesquisa seja uma responsabilidade do Estado, financiado por instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), enquanto o ensino deveria ser pago por quem poderia arcar com custos.

— Na parte de graduação, uma alternativa seria cobrar mensalidade e usar esse dinheiro para pagar os salários dos professores e a estrutura. Quem não puder pagar, pode provar com declaração do imposto de renda. A isenção deveria ser gradativa, até chegar naqueles que, na verdade, precisam até mesmo de uma ajuda de custo para se manter estudando. Estamos perdendo gente que poderia estar na universidade, mas não pode se sustentar. O sistema deveria dar financiamento para quem precisa — defende o economista.

Ele ressalta que, nas faculdades onde há mais expectativa de ganhos salariais no mercado, a concentração de alunos de alta renda é ainda maior. No curso de Medicina da USP, por exemplo, segundo dados da Fivest, dos alunos matriculados em 2015, 22,7% declaram renda familiar mensal superior a 20 salários mínimos. A proporção dos alunos com renda entre um e três salários mínimos não chega a 8% do total. Josephe afirma:

— Dizer que as vagas estão disponíveis para todos independentemente de classe é um engano. Entra quem tem condições de bancar uma escola particular ou um cursinho. A participação dos alunos pobres nas universidades públicas é normalmente relegada a cursos de baixa remuneração.

“

A chance desse patamar descer para as classes mais baixas é grande. Você abre uma porteira para uma visão equivocada de como deve ser a universidade. A curto prazo, se cria outro tipo de estudante: o que acha que tem mais direitos por que paga.

DANIEL CARA

Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

“

O dinheiro das mensalidades poderia pagar os salários dos professores e a estrutura. Quem não puder pagar, pode provar com o imposto de renda. A isenção deveria ser gradativa, até chegar naqueles que, na verdade, precisam até mesmo de uma ajuda de custo. Estamos perdendo gente que poderia estar na universidade, mas não pode se sustentar.

GUSTAVO IOSCHPE

Autor do livro *A Ignorância Custa um Mundo - O Valor da Educação no Desenvolvimento*

É INCONSTITUCIONAL?

- Não é a primeira vez que uma proposta quer acabar com a gratuidade do ensino superior público para os mais ricos. O próprio senador Marcelo Crivella, há 10 anos, já havia apresentado projeto quase idêntico, que, na época, foi rejeitado pela Comissão de Educação por ser considerado inconstitucional.

- É que o inciso 4º do artigo 206 garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.

- Apenas uma proposta de emenda à Constituição (PEC) poderia alterar esse princípio.

- A PEC 395/14, do deputado federal Alex Canziani (PTB-PR), foi aprovada em primeiro turno na Câmara em outubro de 2015. Ele quer mudar o princípio da gratuidade, permitindo a cobrança para cursos de pós-graduação, como especialização e mestrado profissional. Apenas cursos regulares de graduação, mestrados e doutorados teriam a gratuidade assegurada na Constituição.

- Segundo Eduardo Carrion, professor titular de Direito Constitucional da UFRGS e da Fundação Escola Superior do Ministério Público, o debate jurídico no país tem admitido uma cobrança específica para certas modalidades de cursos, porém isso não incluía a graduação.

- “Há de se reconhecer as dificuldades orçamentárias do poder público, mas não podemos, com isso, atingir conquistas sociais importantes como o ensino superior gratuito. Mesmo uma PEC para instituir uma cobrança na graduação suscitaria outro debate, sobre o retrocesso ou não em direitos sociais”, avalia o jurista.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Professor da UFSC fala ao New York Times e à Science News sobre o surto do Zika](#)

[Universidade Federal de Santa Catarina divulga segunda chamada do Vestibular 2016](#)

[Hospital Universitário da UFSC necessita de bolsas de sangue para o Carnaval](#)

[Depois da mortandade assustadora, berbigão ressurgiu nos baixios da baía sul, em Florianópolis](#)

[Abertura dos envelopes para marina em Florianópolis é um dos temas da coluna desta quarta de Cacau no DC](#)

[Adams consulta Comissão de Ética sobre trabalho em escritório privado](#)

["Como o mosquito é adaptado às nossas cidades bagunçadas outras doenças virão", diz especialista](#)

[Casos de derramamento de óleo na ponte Pedro Ivo param o trânsito e podem causar acidentes](#)

[Com medo de zika e dengue, turistas estrangeiros cancelam viagens](#)